

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.445.114 - SP
(2019/0032855-0)**

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : PAULO CEZAR DONATO
ADVOGADOS : MÁRCIO ALEXANDRE LEVI E OUTRO(S) - SP155345
ALESSANDRA RELVA IZZO PINTO E OUTRO(S) - SP200309
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : PAULO HENRIQUE MOURA LEITE - SP127159

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por PAULO CEZAR DONATO contra decisão de lavra da Presidência do STJ, proferida às e-STJ fls. 2.305/2.306, que não conheceu do recurso, com fulcro no art. 21-E, V, do RISTJ, por manifesta intempestividade.

Nas suas razões (e-STJ fls. 2.331/2.338), a parte agravante sustenta que o recurso especial é tempestivo, visto que os prazos processuais foram rigorosamente observados, considerando a suspensão do expediente forense em 2017, no âmbito estadual no dia 03 de novembro, conforme Provimento CSM 2394/2016, e feriado nacional no dia 2 de novembro, não havendo expediente no órgão jurisdicional nas referidas datas.

Junta cópia do Provimento CSM 2.394/2016, que estabeleceu em seu art. 2º suspensão do expediente forense em 03/11/2017 (e-STJ fl. 2.337).

Passo a decidir.

A Corte Especial do STJ, quando do exame do Recurso Especial 1.813.684/SP – na sessão realizada em 02/10/2019 –, enfrentou o tema relativo à suspensão do prazo para a interposição de recursos dirigidos a este Tribunal Superior em razão da ocorrência de feriados locais, pacificando o entendimento, mediante modulação, de que a regra disposta no art. 1.003, § 6º, do CPC/2015 somente deverá ser exigida a partir da publicação desse julgado.

Assim, para os recursos interpostos até a referida data de publicação, deve prevalecer a orientação consolidada no julgamento do AgRg no AREsp 137.141/SE, também realizado pelo órgão máximo desta Corte, segundo a qual "a comprovação da tempestividade do recurso especial, em decorrência de feriado local ou de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem que implique prorrogação do termo final para sua interposição, pode ocorrer posteriormente, em sede de agravo regimental".

In casu, considerando que a parte agravante demonstrou a existência de feriado local por meio da juntada de cópia do Provimento CSM 2.394/2016, que estabeleceu em seu art. 2º suspensão do expediente forense em 03/11/2017 (e-STJ fl.

Superior Tribunal de Justiça

2.337), é de se reconhecer a tempestividade do apelo extremo.

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão de e-STJ fls. 2.305/2.306, tornando-a sem efeito.

Transcorrido o prazo recursal, voltem-me conclusos os autos para efetiva análise do agravo em recurso especial de e-STJ fls. 2.199/2.248.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator